

Normas provisórias devem sair hoje; regimento só no dia 24

Ass. Const.

Miguel Pedroza

Janio de Freitas

A crise do golpe

O diagnóstico de que o Congresso constituinte instalou-se sob grave crise política vem merecendo vastos espaços nos meios de comunicação, mas ainda não reuniu comprovações convincentes, baseando-se mais em impressões do que em elementos factuais.

A idéia de crise surgiu com a dissensão peemedebista em torno do adiamento das atividades de Câmara e Senado, até que concluída a nova Constituição. Como uma de tantas sobrevivências de uma década de autoritarismo, continua-se, por toda parte, a cobrar unidade e a receber qualquer divergência com susto, como ameaça. Continuamos incapazes de entender que é preferível desconfiar de unidade demais, ou uniformidade, do que tranquilizar-se com ela. Onde a diversidade não se manifesta há algo de doentio, seja na passividade pusilânime de um lado ou na propotência do outro.

Em escala partidária, certa unidade é, em princípio, da natureza das coisas. Mas esta unidade não tem, jamais, geração espontânea. É fruto de circunstâncias que a ela compõem ou da polarização motivada por uma liderança estimulante. Aquelas circunstâncias foram-se com o regime militar. E liderança o PMDB só teve no curto período entre a ascensão da candidatura de Tancredo e sua morte. Na atualidade, Ulysses Guimarães não se vem portando sequer como presidente do partido, mas tão só como candidato e candidato e candidato. Dele não emana uma única diretriz, nenhuma proposta, um só estímulo ao debate do qual extrair orientações partidárias.

O que sobra é a variedade sem limites do PMDB, forçando, ao considerá-lo, generalizações incompatíveis com sua natureza multifacetada. Pois há o PMDB dos senadores Irapuan Costa e Saldanha Derzi, à direita até de Roberto Campos (PDS), e o dos senadores Mário Covas e Severo Gomes. Há o PMDB de Prisco Viana e Nilson Gibson e o de Francisco Pinto e Cristina Tava-

res. O da parêntese Newton Cardoso-Moreira Franco e o de Miguel Arraes e Waldir Pires. Pasmante, senão impossível, seria a inexistência de dissensões nesta variedade de inconciliáveis, que alcança o partido todo.

Além disso, cabe perguntar contra quem se rebelaram os deputados já chamados de "xixis", que propuseram adiar o funcionamento da Câmara. Contra alguma das candidaturas de Ulysses não foi, porque o próprio apoiou a proposta e a ela deu seu voto, na reunião da bancada. Contra a direção do partido ou hipotética orientação partidária, também não, pois que o presidente do PMDB e o chefe da bancada de deputados votaram na proposta que a imprensa define como rebelião e até como início de uma revolução. Rebeledes, a havê-los, talvez fossem os que votaram contra os próprios dirigentes.

Resta supor que a rebelião fosse contra o presidente Sarney. Já aqui se informou sobre a conveniência, para o presidente, do adiamento das atividades do Congresso, na fórmula de origem palaciana mesmo. E ontem mestre Carlos Castello Branco, ao confirmar informação contestada pelo consultor-geral Saulo Ramos, revelou o teor de uma carta deste principal conselheiro de Sarney, dirigida a Ulysses Guimarães, propondo, entre outras coisas, a delegação de poderes ao presidente para governar por decreto-lei — tal como ocorreria com o adiamento, apoiado por Ulysses, das atividades do Congresso, segundo a proposta da tal rebelião que caracterizaria a grave crise.

Ao que dizem os fatos, a crise foi uma operação política — um golpe parlamentar urdido nos salões e nos porões do Planalto — que recuou a meio percurso pelas reações imediatas que suscitou em parte da imprensa e entre políticos de melhor qualificação moral. Figueiredo ameaçava chamar o Pires. Sarney chama Saulo Ramos, que não tem das instituições melhor visão que a do Pires.

Do Sucursal de Brasília



Em seu primeiro dia útil de funcionamento, o Congresso constituinte deixou ontem de dar o ponto de partida para suas atividades. Por pressão da bancada paulista de deputados federais do PMDB, o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, adiou por 24 horas a apreciação, pelo plenário, das normas provisórias de funcionamento dos trabalhos. Segundo a proposta de regulamento provisório aprovada por unanimidade pelas lideranças de todos os partidos, reunidas de manhã, o regimento interno do Congresso constituinte só será votado no dia 24. Anteriormente a votação estava prevista para o dia 19.

A proposta de regulamento provisório foi recebida com desconfiança pela bancada paulista. Os deputados Tidei de Lima e Del Bosco Amaral, ambos do PMDB paulista, disseram que a bancada não poderia aprovar um conjunto de normas, ainda que provisórias, que eram de conhecimento prévio apenas dos líderes do partido, Fernando Henrique Cardoso (Senado) e Pimenta da Veiga (Câmara).

Essas normas teriam vigência apenas até o dia 24, quando estaria pronto o regimento interno do Congresso constituinte, conforme calendário também aprovado pelos líderes. Segundo Fernando Henrique, as normas seriam o "mínimo necessário" para os parlamentares discutirem e aprovarem o regimento.

Entre essas normas está o horário de funcionamento do Congresso constituinte, os dias de sessão e um calendário para a aprovação do regimento definitivo. Ao mesmo tempo, os líderes apresentaram um esboço de regimento para ser discutido em plenário. A apreciação tanto das normas quanto do esboço acabou



Ulysses Guimarães (de pé, em primeiro plano) e Fernando Henrique Cardoso (sentado) participam da reunião dos líderes

sendo adiada para hoje, a partir de 15h.

A resistência da bancada paulista do PMDB na Câmara refletiu apenas uma "disputa de liderança" dentro do próprio partido, afirmou o deputado José Genoíno (PT-SP). Segundo ele, os deputados contrários ao atual líder, Pimenta da Veiga (MG), procuraram bloquear a aprovação das normas por terem sido discutidas e

aprovadas por Pimenta, em nome da bancada.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) acabou dando razão a Genoíno: "O PMDB não tem liderança. Os coordenadores das bancadas do partido nos Estados é que deveriam fazer as sugestões". O pano de fundo da questão é a eleição do novo líder do partido na Câmara, no próximo dia 10. Há quatro candida-

tos: Luís Henrique (SC), João Herrmann (SP), Milton Reis (MG) e o próprio Pimenta, que teria apoio do Palácio do Planalto. A solução intermediária partiu do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), que sugeriu o adiamento da decisão por 24 horas. Ulysses acatou a proposta e determinou que o plenário recebesse cópias das normas e do esboço de regimento.

Funcionamento da Câmara e Senado continua dividindo constituintes

Líderes decidem normas provisórias e o calendário

Ulysses ataca 'espoliação externa' em seu discurso

O presidente da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, 70, abriu ontem, às 15h45, na Câmara dos Deputados, a primeira sessão de trabalhos do Congresso constituinte, do qual também é presidente, com um discurso de trinta minutos. Ele saudou as mulheres, os jovens e disse que "não é só a injustiça interna que dá origem aos nossos dramáticos desafios. É também a espoliação externa, com a insânia dos centros financeiros internacionais. Trata-se de brutal maquiagem internacional, que nos é apropriada na transferência líquida de capitais".

No trecho em que se referiu à reforma agrária, o presidente do Congresso constituinte afirmou que, "para sentir-se senhor de si mesmo, cada homem necessita de teto e chão, e a razão natural não admite que sobre tetos e glebas a uns, quando milhões e milhões de outros nascem e morrem entre paredes alheias ou ao relento". Na opinião de Ulysses, "não podemos pensar no liberalismo clássico, que deixa às livres forças do mercado o papel regulador de preços e salários em época de economia internacionalizada e de cartéis poderosos".

Abordando os temas que deverão polemizar os trabalhos do Congresso constituinte, Ulysses citou "um dos grandes apóstolos da América, José Martí, para defender o direito à educação: "Conhecer é ser livre", citou o deputado. "Isso coloca as tarefas da educação pública na

urgência de nossas preocupações. A cidadania começa no alfabeto. Não há um só exemplo de nação forte sem bom sistema de educação", acrescentou.

"As Constituições, dizia meu companheiro e grande amigo Tancredo Neves, não são obras literárias, nem documentos filosóficos. A Constituição é uma carta de compromissos, assumidos livremente pelos cidadãos, em determinado tempo e sociedade", disse o deputado, diante de uma atenta platéia no plenário.

Segundo ele, ainda que "o compromisso maior da Carta que redigiremos é com o futuro, esse futuro está aí, apressado, chamando-nos e exigindo os nossos esforços urgentes para recebê-lo sem transtornos maiores". Propôs a modernização da legislação econômica, "de maneira a impedir a danosa especulação financeira pelos agentes privados, incentivar a iniciativa privada individual, que não encontra espaço em um Estado cartorial, aliado das grandes corporações empresariais, e promover a modernização dos processos de produção, com o desenvolvimento de novas técnicas".

Citou "a dolorosa atuação das crianças abandonadas. É este um tema do qual só podemos falar com a cabeça baixa, os olhos no chão". O presidente do Congresso constituinte afirmou que "devemos crescer, e crescer cada vez mais, é verdade. Mas o nosso crescimento de nada valerá se o fizermos sem ter o homem brasileiro como seu módulo".

Mesmo com eleição da Mesa, peemedebistas falam em vitória

Parte da bancada peemedebista que queria suspender a eleição da Mesa da Câmara e esperar que o Congresso constituinte se pronunciasse sobre o funcionamento das duas Casas legislativas estava satisfeita ontem. Apesar de o deputado Humberto Souto (PFL-MG) ter realizado a eleição da Mesa, na última segunda-feira, os deputados do PMDB falavam em vitória.



Humberto Souto (PFL-MG)

uma moção falando apenas na não eleição das Mesas, para aguardar pronunciamento da Constituinte. O PFL e o PDS reagiram, ameaçando romper o acordo para eleger Ulysses presidente da Câmara. José Lourenço, líder do PFL, falou em formar uma chapa alternativa e eleger outro presidente. Na madrugada de segunda-feira, a liderança do PMDB decidiu encaminhar à Câmara requerimento pedindo suspensão da eleição da nova Mesa. Estava certo, porém, que a Mesa seria eleita, mas que o Congresso constituinte iria se pronunciar sobre o funcionamento da Câmara e do Senado.

Para o deputado Domingos Leonelli Neto (PMDB-BA), um dos defensores do não funcionamento do Congresso, a oficialização da proposta de seu partido foi uma vitória.

A 1ª de março Câmara e Senado retomarão suas funções normais, de acordo com a atual Constituição. Mas o modo de funcionamento das duas casas durante os trabalhos constituintes continuava ontem dividindo deputados e senadores mesmo depois de afastada a hipótese da Constituinte exclusiva. De qualquer jeito, nenhuma decisão será tomada antes do dia 24, quando os parlamentares deverão votar o regimento interno do Congresso constituinte. Até lá, haverá negociações.

Dois grandes correntes começam a se formar. A primeira defende que Câmara e Senado definam como trabalharão. A outra quer uma definição pelo Congresso constituinte. O deputado Antônio Brito (PMDB-RS) — um dos articuladores da tese derrotada da Constituinte exclusiva — acha mais viável, agora, cada Casa decidir como funcionará. Isso, segundo

ele, contribuiria para afastar as suspeitas dos senadores, temerosos de que a futura Constituição adote o unicameralismo, abolindo o Senado.

No Senado, a bancada majoritária do PMDB já se pronunciou na sexta-feira passada. Por consenso, os peemedebistas decidiram que, quando a Casa retomar seu período normal de funcionamento, modificarão o regimento interno para que o plenário só se reúna em situações excepcionais ou para votar matérias de sua competência, como a aprovação da nomeação de embaixadores.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), 51, disse ontem que o funcionamento deve ser a todo vapor. No entanto, acrescentou que uma decisão só poderá ser tomada depois de 1º de março. "Até lá — disse — vamos ver como funcionarão as coisas".

Na Câmara, o líder do PMDB,

Debates dependem da definição das regras

Enquanto não forem definidas as regras de funcionamento do Congresso constituinte, praticamente não haverá debate das questões institucionais que darão substância ao novo texto constitucional. Essa é a opinião da maioria das bancadas no Congresso, inclusive as de oposição, diante da impossibilidade prática de encaminhamento de qualquer proposta sem a organização do debate e das regras de trabalho.

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), já tem pronto um projeto de lei constitucional suspendendo de imediato a aprovação de projetos do Executivo por decurso de prazo, a edição de decretos-leis e as medidas de emergência, até a promulgação da nova Constituição. Contudo, ele só irá formalizá-lo depois que estiverem definidas questões como a composição da Mesa Diretora do Congresso constituinte, os poderes do presidente Ulysses Guimarães e até mesmo a forma de encaminhamento das propostas. "Não se pode fazer nada, porque não se sabe como encaminhar", disse.

Sua opinião é compartilhada pelo líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ). Ele afirmou que só depois de "assentada a poeira" da questão regimental, provavelmente em março, serão abordados os temas nacionais.

O líder pedessista no Senado, Jarbas Passarinho (PA), vai na mesma linha. Na sua opinião, seria ilusório ganhar tempo elaborando um regimento às pressas, correndo o risco de perdê-lo depois por omissões e falta de previsão. "No curso da Constituinte haverá questões sérias a resolver, com base no regimento, o



Jarbas Passarinho (à esq.) e Lula conversam no plenário da Câmara

que justifica a importância da matéria agora", disse. Mesmo assim, considera que o debate pode ocorrer nas duas horas de debate de plenário previstas no regimento provisório da Constituinte.

Discussão prioritária

O deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL) também considera o regimento pré-condição para o debate. José Genoíno (PT-SP) defende a discussão prioritária do regimento, alegando que boa parte da futura Constituição vai se definir a partir dele, com as comissões de trabalho. "Se não discutirmos o regimento, a Constituinte poderá ficar vulnerável até em questões fundamentais", disse, prevendo para março o início do

debate institucional. O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, também considera o regimento prioritário para "botar ordem na casa e dar-lhe condições de bom funcionamento".

No PMDB, embora a definição do funcionamento do Congresso constituinte seja considerada importante, a disputa pela liderança também concorre para o retardamento do debate político. O deputado Luiz Henrique (SC), um dos candidatos ao cargo, diz que, como o líder ainda não foi escolhido, não há uma articulação da bancada para o desencadeamento da discussão. Escolhido o líder, a bancada traçará sua linha de ação e a desencadeará com urgência, acrescentou.

Líder do PFL defende criação de um bloco centrista na Constituinte

Depois de uma audiência no começo da noite de ontem com o presidente José Sarney, no Palácio do Planalto, o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), defendeu a formação de um bloco de parlamentares de centro no Congresso constituinte, para a discussão e aprovação de "uma Constituição democrática e liberal".

Lourenço até sugeriu o nome para a formação parlamentar: "Bloco Tancredo Neves". Segundo ele, o bloco deverá contar com a participação de parlamentares do seu partido, do PDS e dos moderados do PMDB.

O deputado disse que o bloco já existe informalmente, tendo obtido, inclusive, algumas vitórias, como na votação de segunda-feira, que rejeitou a exclusão dos senadores eleitos em 1982 requerida pelo PT e PCB. Outra vitória, segundo ele, foi a eleição de Ulysses Guimarães para a presidência da Câmara, na manhã de segunda-feira, contra as pressões pelo adiamento da eleição.

Ao discutir o assunto em seu gabinete na Câmara, em companhia de outros parlamentares pefelistas, Lourenço disse que o bloco poderá contar com a participação de até 350 constituintes.

Mirad cria assessoria para constituintes

O ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, instalará no próximo dia 18 o Núcleo de Acompanhamento da Constituinte, integrado por sociólogos e juristas do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), de São Paulo, e da Universidade de Brasília (Unb). O assessor do ministro, José César Martins, disse que o núcleo fará uma análise dos debates, em plenário e nas comissões, que será remetida aos constituintes.

Anistia para militares

A primeira reivindicação de natureza social ao Congresso constituinte foi encaminhada, ontem, ao senador Afonso Arinos (PFL-RJ) por um grupo de militares punidos pelo Movimento de 1964 e que não foram beneficiados pela Lei de Anistia de 1979. Os militares recorreram a Arinos porque ele, na qualidade de ex-presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais — que elaborou um anteprojeto de Constituição, a pedido do governo federal —, aprovou proposta ali apresentada, concedendo anistia ampla.

RESERVAS - FEVEREIRO
MARAVILHOSI! GENIAIS! DIFERENTES! INESQUECÍVEL!

CHALÉS HOTEL FAZENDA Serra Negra S.P.

VALE DO SOL ★★

10 PISCINAS 4 AQUECIDAS • TÊNIS FAST • VOLLEY
BASQUETE • FUTEBOL DE SALÃO • CINEMA 35mm
SAUNA • LAGOS PARA PESCA • CAMPO DE FUTEBOL
SNOKER • PEBOLIM • PING-PONG • CAVALOS • TV
PISTA DE ATLETISMO

FÉRIAS • TEMPORADAS • FINS DE SEMANA
LUA DE MEL

RESERVAS
EM SÃO PAULO: **257.3955**
SANTOS, TEL.: (0132) 346552
SERRA NEGRA (DDD-0192) 923500